

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
SÉCULO		DIÁRIO POPULAR	
JORNAL DO COMÉRCIO		DIÁRIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO		CAPITAL	16.NOV.1974
JORNAL DE NOTÍCIAS		REPÚBLICA	

# DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS EXIGEM REINTEGRAÇÃO SOCIAL

**D**OS 28 000 elementos das Forças Armadas evacuados ao longo destes 13 anos de guerra nas

colónias, cerca de 20 000 são deficientes. Às estatísticas não foram encontradas, até ao momento, a nível oficial; contudo, sabe-se, grosso modo, que 95 por cento dos mutilados de guerra são soldados. Eles vivem praticamente escondidos, marginalizados, por força de todas as circunstâncias e por culpa do regime fascista que tiveram de servir. Os mortos eram trazidos de noite em barcos que não se esperavam e o seu número nunca era denunciado na totalidade. «Se o povo soubesse disto — diz-se agora — haveria muito mais deserções do que as que se deram». O Lar da Cruz Vermelha, actualmente, é considerado por alguns mutilados «uma sepultura de deficientes, que vivem da caridade».

**N**ÃO queremos caridade. Não damos esmolas a camaradas nossos. Queremos trabalho, dignidade e justiça e abrimos a todos as portas da cultura — afirmaram-nos os dirigentes da Associação de Deficientes das Forças Armadas, nascida espontaneamente no dia 14 de Maio de 1974, apesar de ter já raízes anteriores ao 25 de Abril.

A A. D. F. A. quer o fim da guerra colonial, pois considera que «toda a riqueza de Angola é inferior às vidas humanas estropeadas e ceifadas em todos estes longos anos». Os seus associados, deficientes de todos os tipos, não são seres saudosistas que possam articular teorias demagógicas. São seres humanos que, em dado momento da sua existência, se tornaram de repente uns «inúteis» ou «aqueles pobrezinhos, coitados». São seres que vivem revoltados por não encontrarem uma oportunidade de reintegração social e que têm direito, vivendo da caridade forçada, das pensões de sobrevivência escassas ou mesmo, alguns já, da delinquência.

— Como a maioria dos deficientes são antigos trabalhado-

res rurais ou pedreiros ou homens de outro ofício semelhante, é muito difícil colocá-los, apesar de haver vagas, pois são homens que não foram reabilitados convenientemente e não estão de modo nenhum preparados para outra profissão — disse-nos Lavouras, um dos dirigentes da Associação.

Os deficientes das Forças Armadas perguntam se não é um crime o facto de o Governo anterior ao 25 de Abril gastar milhões de contos na manutenção e substituição de todo um aparato militar descurando o pagamento a médicos, uma assistência eficiente e a reabilitação e reintegração total dos deficientes na sociedade.

## Ajuste de contas com capitalistas

Exigem:

— Queremos que o actual Governo ajuste contas com esses capitalistas que promoveram a guerra nas colónias e que reparem os males que fizeram a todo o povo portu-

guês, reflectidos não só nos mortos e nos mutilados mas também nas suas famílias e na economia nacional.

Frente a problemas tão grandes e a uma herança que sabem ser extremamente pesada para o Governo Provisório, mas que tem de ser enfrentada com realismo, os dirigentes da A. D. F. A., ponderando num julgamento necessário a todos os implicados, propõem uma solução efectiva:

— Para deficiência igual, igual indemnização, independentemente da circunstância em que foi adquirida e o posto que o militar ocupava.

E especificam:

— Queremos a valorização das incapacidades dos deficientes através de uma indemnização mensal que vá cobrir as dificuldades que advêm das suas deficiências e que seja actualizada de acordo com o aumento do custo de vida.

Salientando a injustiça social existente com as pensões de sobrevivência, Calvino, outro dos membros activos da A. D. F. A., mostrou a diferença entre as duas linhas de actuação e as desigualdades sem sentido, registadas até ao momento:

— Um soldado totalmente

paralisado, com 90 por cento de deficiência, recebe 3000\$00, enquanto um capitão sem um dedo recebe 10 000\$00.

## Médicos colaboraram com antigo regime

Estas e muitas outras irregularidades foram-nos relatadas com angústia e revolta por graduados deficientes de guerra. Segundo eles, «os médicos dos hospitais militares colaboraram tremendamente para que todos estes casos ocorressem. Só seriam promovidos se conseguissem pôr cá fora o maior número possível de deficientes sem direito a reforma».

E explicaram a mecânica usada:

— A Junta Militar que ia ver os deficientes hospitalizados só considerava, para efeitos de pensão de sobrevivência, aqueles militares que tinham deficiências visíveis. Os que, por exemplo, eram deficientes psicológicos declarados ou que tinham ficado a sofrer de uma lesão interna, quase sempre recebiam a resposta de que aquilo passaria... Quando algum médico inexperienced e

bem intencionado aparecia com ideias de justiça, imediatamente era enviado para a Guiné.

A ineficácia e lentidão de assistência de urgência nos campos de guerra foi também um dos pontos focados pelos nossos interlocutores. Foi um jovem deficiente cego, Maurício, que nos afirmou:

— Fiquei cego porque fui ferido em 20 de Maio, no distrito de Moçambique, e em 28 ainda estava em Lourenço Marques com os olhos cheios de terra e sangue. Apodreceram assim e, quando em 15 de Junho, fui hospitalizado, finalmente, na Clínica Oftalmológica Barraquer, em Barcelona, já não havia hipóteses nenhuma de voltar a ver.

São declarações cruéis, realidades frequentes, se repararmos mais nelas. São homens a quem é preciso ajudar a reintegrar-se na nova sociedade, mas que até agora, apesar das inúmeras tentativas da A. D. F. A., «o Governo ainda não foi capaz de começar a pegar neste problema a sério». Segundo eles, as entidades às quais se têm dirigido são as próprias a confirmar que «os deficientes são uma bola de pingue-pongue, tal a gravidade do assunto».